

Bird suaviza as suas condições

BRASÍLIA — As condicionalidades do Banco Mundial (Bird) para a aprovação do pacote de US\$ 1 bilhão para o setor elétrico, envolvendo uma completa revisão das condições de segurança da Usina Nuclear de Angra I e preservação ambiental, não estão sendo aceitas pelas autoridades brasileiras, sobretudo no meio militar. Em nota à imprensa divulgada ontem pela representação do Bird no Brasil, fica clara a tentativa de suavizar essa questão, ao classificar como fonte de controvérsia nos

dias atuais a proteção ambiental. A posição do Banco Mundial é de que “qualquer estratégia de desenvolvimento, incluindo assuntos relativos à exploração de recursos naturais e proteção ambiental, é uma questão de soberania nacional”.

A nota, assinada por George Papadopoulos, representante do Bird no Brasil, procura afastar qualquer possibilidade de atrito com o Governo Brasileiro, enfatizando que o organismo reconhece as dificuldades enfrentadas pelo País e desde dezem-

bro elabora novos mecanismos de assistência, trazidos pela missão que chegou na semana passada, chefiada pelo Diretor do Departamento do Brasil, Armeane Choksi.

Além de um programa de assistência especial, diminuindo as contrapartidas e agilizando a liberação dos US\$ 4,5 bilhões de projetos já aprovados, a nota informa que Armeane Choksi relatou ao Governo brasileiro sua disposição em apoiar o Brasil nas negociações com os bancos credores sobre a dívida externa.

● **PAGAMENTO** — Na próxima semana, o Governo começará a honrar seus compromissos em atraso no valor de US\$ 500 milhões junto a instituições financeiras internacionais, entre elas o Eximbank americano. Esses pagamentos estavam atrasados por causa da inexistência de um orçamento de crédito. Esse orçamento está para ser votado no Congresso Nacional, após ter sido alterada a primeira versão encaminhada ao Legislativo, que acabou rejeitada pelo Executivo. A parcela da dívida a ser paga aos bancos estrangeiros, por conta do aval dado pelo Tesouro Nacional aos empréstimos contraídos por estatais, estados e municípios, refere-se aos meses de janeiro, fevereiro e março.